

LUGAR E VENERAÇÃO DOS SANTOS HOJE

*Urbano Zilles**

Resumo

A veneração dos santos, na América Latina, extrapola as fronteiras do catolicismo. Na Igreja distancia o catolicismo da hierarquia do catolicismo do povo. O autor justifica, dentro de limites, a veneração dos santos, a partir da intercomunicação e do amor, sem desviar-se do cristocentrismo da fé cristã.

PALAVRAS-CHAVE: Cristo. Santos. Piedade popular. Comunhão dos santos. Intercomunicação.

Abstract

The veneration of the saints in Latin America goes beyond Catholicism's frontiers. In the Church the hierarchical Catholicism concerning this reverence doesn't coincide with people's Catholicism. Considering the limits, the author justifies the veneration of the saints, starting from the intercommunication and the love, not digressing from the Christocentrism of the Christian faith.

KEY WORDS: Christ. Saints. Communion of the saints. Intercommunication.

Desde a Antiguidade cristã, na Igreja são venerados e invocados santos apóstolos, mártires e confessores. Em algumas regiões, depois do Concílio Vaticano II, foi questionado o sentido dessa prática. Até houve verdadeiras cruzadas iconoclastas, para afastar e destruir estátuas e imagens de santos em nossas igrejas, capelas, colégios e conventos. Em alguns lugares, os mentores de tais cruzadas sentiram-se fortalecidos em seus empreendimentos, quando receberam em mãos

* Doutor em Teologia. Professor da FATEO, PUCRS.

Teocomunicação	Porto Alegre	v. 37	n. 158	p. 491-507	dez. 2007
----------------	--------------	-------	--------	------------	-----------

uma lista de santos *cassados*. Muitos até não sentiram a necessidade de dar esclarecimentos adequados ao povo; ou porque nunca conseguiram penetrar na visão religiosa de nosso povo; ou porque nunca compreenderam, eles mesmos, a realidade mais profunda de uma renovação teológica e pastoral no espírito do Vaticano II. Pensavam que a solução seria bem simples, isto é, que bastaria destruir estátuas e imagens para renovar a piedade popular. Mas, uma vez mais, também o clero renovador mostrou quão distante está de seu povo e quão distante está de uma pastoral fundamentada numa Teologia sólida e numa boa Antropologia.

Sem dúvida, em nossa piedade popular, os santos geralmente aparecem como possíveis concorrentes de Deus, transparecendo pouco ou quase nada de que Jesus Cristo é o único Mediador da salvação. Mas bastará eliminar, simplesmente, o problema do culto aos santos para dar lugar adequado a Cristo? Não significa isso fugir de um problema teológico mais profundo? Não se poderá (ou até deverá) harmonizar a fé nas muitas mediações dos santos e a fé no único Mediador entre Deus e os homens?

1 Quem são os santos?

Os santos são figuras que se encontram em muitas religiões. No Islamismo, por exemplo, as tumbas dos santos são visitadas por suplicantes à procura de alguma bênção. O budismo reconhece como santos aqueles que, através de numerosos nascimentos, atingiram a iluminação. A fenomenologia religiosa moderna (R. Otto) mostra que santidade é um conceito central em qualquer religião.

Segundo o Cristianismo, todos os batizados são chamados à santidade. Conforme o Novo Testamento, santo é o Espírito de Deus, porque desempenha um papel especial na santificação, pois garante a de Jesus no nascimento (*Lc* 1,35) e no batismo (*Mt* 3,11). É o Espírito que opera a santificação dos fiéis (*Rm* 15,16; *2Ts* 2,13). Nesse sentido, devemos admitir que a maioria dos santos não foi canonizada, nem o será. O processo de beatificação e canonização é uma exigência da Igreja para a veneração pública.

O povo de Deus é chamado à santidade (*1Pd* 2,9). O fundamento da santidade é a união com Cristo (*Rm* 15,12). O novo povo de Deus é santificado no Espírito Santo (*1Cor* 1,2; *Rm* 15,16). O indivíduo é

admitido à comunidade dos santos, sendo ele pessoalmente santificado pelo perdão dos pecados (1Cor 6,11; Ef 5,26). Deus é santo por natureza, o homem por participação.

A Igreja apostólica buscava inspiração nos grandes personagens do AT (Hb 11, 4-12,1). Entretanto, não há testemunho de que se pedisse sua intercessão junto a Deus. Os discípulos de Jesus são chamados “santos” (Rm 16,2), no sentido de terem sido eleitos e recebido os dons de Deus.

Se todos os cristãos somos chamados à santidade, santos não são apenas os que recebem culto público. Nos primeiros séculos, surgiu o culto aos *mártires* pelo testemunho de fé. Mas não passaram por um processo formal de canonização. Esse culto em geral era prestado numa celebração eucarística, por ocasião de seu aniversário de morte. Depois do século IV, terminadas as perseguições por parte do Império Romano, desenvolveu-se o culto aos *confessores*.

O culto nas igrejas locais era regulado pelos bispos. Para que algum santo fosse venerado publicamente, era decisiva a fama de santidade ou *vox populi*. Os bispos aprovavam a veneração de pessoas com reconhecida fama de santidade. A partir do século X, o culto aos santos passou a ser cada vez mais disciplinado por Roma. Mas até ao século XVI, bispos locais muitas vezes beatificavam algumas pessoas para a veneração em suas dioceses. Desde então, a beatificação passou a ser reservada a Roma. O papa não declara definitivamente que o beato está no céu. Com a beatificação, a Igreja apenas autoriza o culto no país do mesmo, em sua diocese, igreja ou família religiosa. Portanto, num âmbito restrito.

Originariamente a canonização significava a inserção na lista dos santos do cânon romano da missa. Hoje costuma realizar-se numa celebração pontifical, durante a qual se afirma categoricamente que a pessoa canonizada está na glória. E a partir daí chama-se “santo”.

Existem diferentes maneiras de honrar os santos: celebrações de festa anual podem ter missa e ofício próprios; templos podem ser dedicados a eles e podem venerar-se publicamente suas relíquias. Na prática vigente, baseada no *Código de Direito Canônico* de 1917, o culto aos beatos é mais restrito e o dos santos universal. O processo de canonização introduziu-se na Idade Média. A regulamentação dos processos de beatificação e canonização foi feita por Urbano VIII, em

1642, e é a que, fundamentalmente, vigora ainda hoje. Desde 1969, foi constituída a Congregação para as causas dos santos, resultando da reorganização da Congregação dos Ritos. A nova Congregação é responsável pelas beatificações e canonizações.

Em 1983 João Paulo II simplificou o processo. Começa na diocese na qual a pessoa morreu, com a supervisão do bispo. Depois, toda a documentação é enviada a Roma, nomeando-se um postulador para acompanhar o processo. Exige-se uma ação milagrosa pela intercessão do servo ou serva de Deus. Comprovada tal ação milagrosa, promulga-se um decreto declarando-o “venerável”. O título de venerável passa a ser conferido, quando, depois dos procedimentos informativos, é reconhecida a heroicidade das virtudes cristãs ou o martírio. Mas esse título ainda não dá direito ao culto público. Para mártires, exige-se a comprovação da heroicidade de seu martírio, dispensando-se o milagre, no caso da beatificação. Uma condição essencial sempre é a pureza da doutrina nos seus escritos e em suas obras. Antes da canonização, exige-se um segundo milagre, ocorrido depois da beatificação. Este também costuma exigir-se dos mártires.

Por beatificação entende-se uma sentença do papa pela qual é permitido, a certos grupos de fiéis ou até a toda a Igreja, o culto público de um(a) servo(a) de Deus. É um estágio preparatório da canonização. Esta é o último ato do processo iniciado, quando se trata de elevar aos altares uma pessoa falecida com fama de santidade. Através da canonização, o nome de uma pessoa falecida é inserido no catálogo (cânon) dos santos.

A veneração dos santos coloca alguns problemas teológicos, como a exigência do martírio ou de virtudes heróicas, mas a canonização dos santos não envolve diretamente a infalibilidade do papa, etc. Aqui nos limitaremos à questão da veneração dos santos como questão controversa.

2 Uma velha controvérsia

As Igrejas orientais destacam-se por sua veneração dos santos. O culto aos santos, entretanto, é um ponto controvertido, na história do cristianismo ocidental, sobretudo desde a Reforma do século XVI. Os reformadores reagiram contra os abusos de uma prática

popular do tempo, porque afastava do verdadeiro centro da fé cristã. Baseando-se em textos bíblicos, Lutero acentuou que um só é o Mediador da salvação entre Deus e os homens: o homem Jesus Cristo.

Hoje, também, entre os luteranos, revive a idéia da *communio sanctorum*, da comunhão com os fiéis mortos, que já participam da glória de Cristo. Os cristãos de confissão luterana em si não negam a existência de santos. Também eles conhecem seu papel de intercessores junto ao trono de Deus e acentuam que neles o cristão tem um modelo para sua própria vida. Consideram os santos como testemunhas históricas da graça e da força de Deus, a qual pode atuar no mundo, através do homem mortal. Desse modo, a veneração dos santos hoje já não é mais uma característica tão absoluta da Igreja católica romana e das Igrejas orientais.

2.1 *Na piedade popular*

Entre nosso povo brasileiro, a veneração dos santos forma toda uma cadeia: santo-promessa-milagre. Um dos atos religiosos mais comuns de nosso povo é a promessa. Quando alguém está doente, em vésperas de exames, em apertos financeiros, etc., faz uma promessa ao santo, esperando o milagre ou a graça. Depois de reconhecido o milagre, convém pagar a promessa ao santo.

A idéia da mediação entre Deus e os homens, na piedade popular, conhece toda uma escala de instâncias: Nossa Senhora, São Jorge, Santo Antônio, São Francisco, S. Expedito, etc. Nem todos os santos gozam dos mesmos privilégios. Cada santo é mais ou menos especializado, em virtude de critérios objetivos e subjetivos, pois cada pessoa tem seus santos de predileção, porque sabe que cada santo tem mais inclinação para determinado tipo de milagres. Assim há o santo caseiro, das causas perdidas, etc. Há todo um cristianismo popular, no qual o clero é tão ignorante como o povo é ignorante no cristianismo do clero.

Por vezes, a veneração dos santos, entre o povo, assume formas que, para nós, são realmente ingênuas. A Imaculada Conceição e a Virgem Dolorosa aparecem, por exemplo, como duas santas distintas. Não raro, o culto aos santos está ligado a objetos, relíquias, imagens, ritos e determinadas orações. Coloca-se, dessa maneira, o culto aos

santos em zonas periféricas para a vida de fé, perto da esfera da magia e da superstição, identificando-se, muitas vezes, com um culto politeísta.

O Concílio Vaticano II adverte contra tais abusos e exorta os pastores a corrigi-los e restaurá-los, ensinando o autêntico culto dos santos aos fiéis, sem diminuir, no entanto, o culto devido a Deus. Para transformar pessoas e mentalidades, é preciso penetrar no mundo dessas pessoas, tendo olhos para ver e ouvidos para ouvir o muito que também há de positivo nessa piedade popular. É preciso engatar na situação concreta. Isso reclama, outrossim, uma reflexão teológica mais profunda e, sobretudo, um conhecimento antropológico. Afinal, os santos, por vezes, são criadores de novos estilos de ser cristão.

O culto aos santos também poderá ser interpretado como protesto legítimo do homem religioso contra a realidade criada e objetiva enquanto afirmada como absoluta. Tal protesto torna-se oportuno e salutar num mundo cada vez mais coisificado pela tecnociência, certamente necessária, mas não suficiente para a humanidade do homem. Seu erro consiste em colocar Deus como sendo apenas *uma* realidade ao lado de *muitas* outras. Deverá mostrar-se que um ato religioso cristão só é pleno, quando se souber descobrir a criatura de Deus. Aliás, está tão certa a interpretação de que os santos, na piedade popular, são colocados entre o fiel e Deus? Não se colocam antes como intermediários entre o fiel e sua vida de miséria e menos numa linha ascensional entre o fiel e Cristo? E está tão errada a idéia da especialização dos santos? Se a Igreja é una, tendo cada qual seus carismas, isto é, suas capacidades a serviço dos outros, por que aquele que já passou a viver com Deus de maneira definitiva seria privado deles?

2.2 *Na história das religiões em geral*

Parece não haver sociedade humana que não venere seus membros proeminentes, recomendando-os aos pósteros como modelos. Os antigos gregos, por exemplo, veneravam seus heróis. A maneira de cultuá-los depende da idéia tida do além da morte. O culto pode realizar-se a partir da crença de que os grandes modelos permanecem em contato vivo com a comunidade dos vivos, da qual permanecem membros, não em diferente intensidade, mas numa visibilidade modificada.

Na história das religiões em geral, existe o fenômeno muito espalhado de venerar ou cultuar, direta ou indiretamente (por imagens, relíquias ou objetos), personalidades mortas, vivas ou míticas, que se distinguem por uma santidade pessoal ou impessoal. Geralmente se crê que nessas personalidades, em seus restos mortais e em tudo que foi tocado neles, se manifesta o “santo”. Trata-se do “santo”, num sentido mais impessoal de “sacro”. Mas a crença na santidade pessoal parece predominar. Crê-se, então, que a ascese moral levou o santo a apoderar-se de forças numinosas, com cuja ajuda está em poder de operar coisas prodigiosas para os vivos. Por vezes, a perfeição moral do santo também pode ser interpretada no sentido de revelação da divindade ou realização de qualidades divinas. Tal santidade geralmente se reconhece pelo milagre. O homem não se contenta com a divindade distante. Precisa de seres perto dele, em lugares conhecidos, capazes de socorrê-lo nas necessidades espirituais e materiais da vida. E, apesar da distinção teológica entre adoração de Deus e veneração dos santos, repercute também no cristianismo popular, assumindo feições do culto politeísta. Quem negará que no culto popular cristão também se encontra tudo isso? Não questiona tal culto aos santos os próprios teólogos cristãos, quando falam de um Deus distante da vida cotidiana do homem?

2.3 *No judaísmo e no cristianismo*

O culto cristão aos santos situa-se também num contexto judaico. No judaísmo contemporâneo a Jesus, se conhecia e se praticava o culto junto aos túmulos de homens santos. No Antigo Testamento, em 2Mc 15,12-16, há uma visão de como Onias e Jeremias intercedem por Judas, narrada de modo análogo às muitas intercessões de anjos (cf. 2Mc 12,46). No próprio evangelho, Jesus se insurge contra os escribas e fariseus: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Edificais sepulcros aos profetas e adornais os túmulos dos justos, mas se tivésseis vivido no tempo de nossos pais, talvez os teríeis matado como eles” (Mt 23,29). Desse culto encontramos testemunhos históricos bem concretos, como o túmulo de Isaías, junto à fonte de Siloé, o de Zacarias, filho de Joiadá, no vale do Cedron, que eram objeto de culto especial.

O contato de peregrinos da Terra Santa com esse culto certamente favoreceu sua introdução na liturgia cristã.

O culto aos santos cristãos teve sua origem no túmulo dos mártires. Aí primeiro assumiu as formas concretas do culto familiar aos defuntos. Nos dias tradicionais, também os cristãos – como os pagãos! – levavam flores e perfumes às tumbas de seus mortos, e aí se reuniam para os repastos fúnebres em redor da cadeira vazia do desaparecido. É verdade, desde logo, os cristãos preferiam a inumação à incineração e chamavam o dia da morte *dies natalis*, isto é, nascimento do defunto para uma vida nova (pascal). Assim a característica cristã não é a prática ritual, mas a fé na ressurreição. O cristão é semeado na terra, como foi o Senhor Jesus, na expectativa da ressurreição (cf. *Jo* 12,24). O dia da morte é, para o cristão, o dia da entrada na Terra Prometida, o nascimento para a glória. Os fiéis de Esmirna, por exemplo, depois da morte de seu bispo Policarpo (cerca de 165), escreveram: “Recolhemos as suas ossadas, mais raras que o ouro e mais convenientes. Que o Senhor nos conceda reunirmo-nos aí, quando pudermos, na alegria e exaltação, para celebrar o (dia) aniversário de seu martírio”.

Depois de terminadas as grandes perseguições aos cristãos, o culto aos apóstolos e mártires foi estendido também aos confessores e ascetas. Nos séculos IV-VI, já há certo aprofundamento na reflexão teológica sobre o mistério de Cristo. Conseqüentemente, na elaboração do calendário litúrgico, parte-se da festa do Natal de Cristo. Comemora-se São João Batista como precursor de Cristo. Como seguidores festejam-se Santo Estêvão, São Tiago, São João Evangelista, os Inocentes massacrados por Herodes, São Pedro e São Paulo. Esses santos eram venerados como servos mais próximos ao Verbo encarnado. O Concílio de Éfeso (431) deu um impulso decisivo ao culto marial. No século X, o Magistério eclesiástico começa a regulamentar os processos de canonização de santos.¹ O que ensina o Magistério sobre o culto aos santos?

¹ A primeira canonização solene – S. Ulrico de Augsburg – teve lugar em 993 pelo Papa João XV. Desde então, o culto público aos novos santos depende sempre mais de Roma. Na Igreja antiga, a forma de canonização era o culto da comunidade.

3 Doutrina da igreja católica

Santo é uma qualidade relativa, pois somente se pode dizer de uma criatura em relação à santidade de Deus. Deus é santo. À criatura só compete na dependência e participação da santidade de Deus. Porque Deus, como santo, habita no meio de seu povo, santifica esse povo, pois mostra sua santidade. Por isso, segundo Tomás de Aquino, crer na santa Igreja significa crer no Espírito Santo, que a santifica (2-2, 1-9 ad 5). Mas a Igreja peregrina é, simultaneamente, *communio sanctorum* e *communio peccatorum*. A santidade da Igreja manifesta-se, não só nos meios de santificação que oferece aos fiéis, mas também no grande número de santos que suscita.

O Magistério da Igreja ensina explicitamente que a invocação e veneração dos santos não contradiz a honra do único Mediador da salvação: Jesus Cristo. Por isso os santos podem ser venerados e invocados (DS 1821; 1823; cf. 1867; 675; 1744-1755; 1824; 2235). Mas em nenhuma parte o Magistério ensina que, para o indivíduo, há obrigação, ou uma necessidade para a salvação, de venerar e invocar os santos.

Na Constituição Dogmática *Sobre a Igreja*, o Concílio Vaticano II diz, no capítulo que fala de Maria, que “um só é o nosso Mediador segundo as palavras do apóstolo: ‘porque um só é Deus, também há um só Mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, que se entregou para a redenção de todos’ (1Tm 2,5-6)”. Diz o Concílio que “todos, em grau e modo diverso, participamos da mesma caridade de Deus e do próximo e cantamos o mesmo hino de glória ao nosso Deus. Pois todos quantos são de Cristo, tendo o seu Espírito, congregam-se numa só Igreja e nele estão unidos entre si (cf. Ef 4,16). Em vista disso, a união dos que estão na terra com os irmãos que descansam na paz de Cristo de maneira nenhuma se interrompe”. Como a comunhão cristã entre os peregrinos nos aproxima de Cristo, também o consórcio com os santos nos une a ele.

O Concílio ainda explica que, pedindo a ajuda e a intercessão dos santos, pedimos a ajuda de Deus, através de Cristo, que só ele é nosso Salvador e Redentor. Portanto, de modo algum exclui a mediação direta entre Cristo e os fiéis; e o problema da veneração dos santos não deverá ser visto conforme um esquema de instâncias para chegar a Cristo. Antes, se trata de reconhecer o mistério da santidade de Deus na santidade da *Igreja una* e em todos os seus membros (comunhão

dos santos). Isso corresponde plenamente ao espírito bíblico, pois, na Igreja, vivos e mortos, todos são membros de um e mesmo Corpo, do qual Cristo é a Cabeça.

Do contexto, dado pelo Vaticano II, decorre que os santos apresentam um aspecto da Igreja *una*, na qual a santidade não só é possível, mas deve crer-se que em todos os tempos houve e haverá santos. Se a Igreja toda é santa, essa santidade deve adquirir expressão singular e bem concreta em seus membros, para testemunhar a santidade de Cristo perante o mundo. A luz que resplandece para o mundo, na face desses membros, é a mesma luz de Cristo que resplandece na face da Igreja: “A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”. O culto aos santos então é veneração dos que viveram a santidade de Cristo como modelos criadores, em determinadas épocas da história, criando possibilidades novas e autênticas para realizar o “ser – cristão”.

Se o Concílio, no último capítulo da Constituição Dogmática *Sobre a Igreja*, trata expressamente de Maria, isto significa que os dogmas marianos também podem e devem ser interpretados como verdade eclesial e antropológica, isto é, são uma verdade sobre a meta última do homem e sobre o sentido último de sua vida. Maria tem significação representativa para a existência humana. O dogma da Assunção de Maria significa que em Maria a Igreja já entrou no novo ‘*éon*’, seguindo a Cristo. A glorificação de Maria é sinal da eleição da Igreja, sinal da escatologia começada, sinal de que a ressurreição da Cabeça também exige a ressurreição do corpo, isto é, dos membros.

Se, entre o povo, o culto aos santos não coincide com o culto da liturgia oficial, encontrando-se personagens que não estão no martirologio, como o Padre Cícero, no Nordeste, e o Padre Reus, no Sul, isto pode ser interpretado como questionamento crítico à prática oficial. Talvez no futuro se devesse levar mais a sério o que, nos processos de canonização, se chama “fama de santidade”, isto é, sua significação para a vida concreta do povo, sobretudo dos leigos. Com isso não queremos dizer que tais figuras populares, mencionadas acima, devam ser canonizadas, mas os processos de canonização dos últimos séculos realizaram-se bastante à margem da vida do povo de Deus no mundo, limitando-se muito a membros de Ordens e Congregações religiosas. Onde estão os santos que interpretaram, de maneira autêntica e criadora, o ser cristão

leigo no mundo técnico-científico e político? Será que não os há, ou falta-nos apenas a sensibilidade para percebê-los?

4 A igreja participa da santidade de Cristo

Israel conhecia a intercessão de anjos e homens junto ao trono de Deus. No Novo Testamento, a descrição da transfiguração de Jesus (*Mt* 17,1-12) também quer dizer que a função de Moisés e Elias, de interceder junto a Deus, passou a Jesus, que é mais que um profeta. No tempo de Jesus, era opinião mais ou menos comum, entre os judeus, que a alma do justo vive com Deus. Mas a morte não significa ruptura com a comunidade dos vivos. Entre os vivos, o sumo sacerdote, sobretudo no dia da reconciliação, tem a função de interceder pelo povo. Na nova aliança, essa função passou para Jesus Cristo, o único sumo sacerdote. Para a comunidade cristã originária, Deus oferece a reconciliação aos homens na cruz e na ressurreição de Cristo. Ele é o único mediador da salvação (cf. *Hb* 7,25). No centro da fé cristã, está Deus revelado e, ao mesmo tempo, velado no mistério de Cristo.

Assim como reconhecemos o Ressuscitado pela influência que exerce, também podemos procurar reconhecer nossos caros falecidos, através da influência que continuam exercendo entre nós. O bem de um homem continua vivo e atuante nesta terra. É o mais belo sinal imaginar-nos a sobrevivência de nossos mortos em Deus. Esses homens falecidos continuam sendo membros da comunidade humana. Como Cristo manifesta sua ressurreição, no meio de nós, mediante sua presença intensamente atuante na vida do mundo, também podemos afirmar a vida dos santos enquanto participam da vida de Cristo.

Há uma tradição muito antiga que descreve a morte como “separação do corpo e da alma”. Mas essa tradição se baseia na filosofia platônica mais que no evangelho. Está certa enquanto quer dizer que o “princípio vital” ou a alma entra em novo relacionamento com aquilo que chamamos corpo. Se em vida a alma está intimamente unida ao corpo, formando um só todo, isso significa que ela também se encontra num relacionamento mais ou menos íntimo com o universo material todo, do qual fazemos parte. Desse modo, a morte não significa a eliminação desse relacionamento da alma com o mundo,

isto é, ela não se torna acósmica, mas continua em comunhão com os vivos, não como um espírito, mas como “Pedro” ou “Paulo” em pessoa, que passou à glória com o Ressuscitado, para o novo *éon* e como tal continua em relacionamento vivo com a Igreja de Cristo.

A base do culto aos santos está na comunhão dos santos, cuja unidade repousa fundamentalmente no Homem-Deus Jesus Cristo. Ele foi chamado para ser a Cabeça de toda a humanidade. Cristo possui a plenitude da graça. Ele é, em pessoa, a graça de Deus para o homem. A vida divina que ele comunica aos homens é o laço vital que constitui a comunhão dos santos. Por essa razão, toda a santidade da Igreja é participação da santidade de Cristo.

Como membro do povo de Deus da nova aliança, o indivíduo participa da santidade de Deus que se tornou acontecimento na pessoa de Cristo (*1Cor* 1,30). Na união de vida com ele, essa santidade é mediada na Igreja. Como membro da Igreja, pela fé e pelo batismo, os “santos” já agora participam da “herança dos santos” (*Cl* 1,12; *Ef* 1,18; *2Ts* 2,14). A santidade manifestada concretamente na pessoa de Cristo deverá tornar-se presente e visível na Igreja. A ação santificante do Senhor elevado à glória do Pai tem uma orientação escatológica (*1Ts* 3,11s; *5,23s*) e se realiza na Igreja, através do Espírito Santo (*1Ts* 4,8; *Rm* 5,5). O cristão crê que os falecidos, como membros da Igreja una, vivos em Cristo, já participam de maneira definitiva da santidade de Deus.

O Concílio Vaticano II, falando da veneração de Maria e dos santos pelo povo cristão, não questiona a mediação de Cristo, embora use conceitos populares como “medianeira”. O Vaticano II quer dizer que, na economia da graça de Deus, todos dependem de Cristo. Cada qual tem uma tarefa subordinada a Cristo. O recebimento da salvação implica o recebimento da ação salvífica como cooperação participante de uma única fonte: Cristo. Em primeiro lugar, isto também vale de Maria, a qual tem seu lugar na solidariedade daqueles que precisam da salvação de Cristo. Também Maria não se situa do lado de Deus como semideusa, mas do lado dos homens, isto é, do lado da Igreja. A justificação do homem por Deus é, antes de tudo, graça livre e soberana de Deus em Cristo, a qual sempre tem significação salvífica para *todos*.

A mediação de Cristo é o ponto mais alto de uma intercomunhão e intercomunicação entre Deus e a solidariedade salvífica de todos os

homens. Cristo, assumindo carne humana, tornando-se membro do gênero humano, não desfaz a solidariedade entre os homens, mas antes a pressupõe como condição necessária para a eficácia da ação divina. Cristo, como diálogo encarnado de Deus com o homem, é, como Cristo total, a unidade radical dos co-homens “num só corpo”.

A vida da graça em Cristo tem um caráter claramente comunitário, concretizando-se no amor fraterno. O amor de Cristo é inseparável de nosso amor fraterno. Em Cristo, Deus chega ao indivíduo enquanto membro da humanidade una, da qual o próprio Verbo se tornou membro. Todos os membros da história da salvação são membros de uma única história, cujo centro é o homem Jesus Cristo. Através da intercomunicação humana, a mediação de Cristo chega até nós. De modo que, para viver, hoje, na fé em Cristo, se pressupõe, de algum modo, a solidariedade humana, na intercomunicação. Assim podemos dizer que o Cristo total abarca vivos e mortos numa unidade de cabeça e membros. Todos quantos são de Cristo, tendo o seu Espírito, congregam-se numa só Igreja, unidos entre si em Cristo (cf. *Ef* 4,16).

No homem Jesus Cristo, que é “um com o Pai”, no homem, pelo qual a humanidade entrou na dimensão de Deus, se manifesta, de maneira definitiva, o futuro do homem. Cristo é a Palavra do Pai e, ao mesmo tempo, o homem pleno, o homem *com* e *para* os outros homens. Nele a palavra de Deus insere-se na carne humana. Entrar no amor de Cristo significa ser conhecido e amado por Deus, significa imortalidade, pois “quem crê no Filho tem a vida eterna” (*Jo* 3,15; 3,36).

5 Na comunhão dos santos

O problema da veneração dos santos tem seu lugar no tratado sobre a Igreja. O Concílio Vaticano II fala do culto aos santos, no capítulo VII da Constituição Dogmática *Sobre a Igreja*.

Toda a Igreja é santa, enquanto participa da santidade de Cristo no Espírito Santo. A comunhão com Cristo, a que são chamados os cristãos (*1Cor* 1,9) e que consiste na comunhão com o Espírito Santo (*2Cor* 13,13), se realiza pela participação no corpo e no sangue do Senhor (*1Cor* 10,16). Os *Atos dos apóstolos* (2, 42) dizem da comunidade apostólica de Jerusalém: perseveravam na doutrina dos apóstolos

e na união, na fração do pão e na oração. Nesse sentido, a Igreja é chamada “Comunhão dos santos”. A *koinonía* (comunhão) concretiza-se na pregação do evangelho (*Fl* 1,5) e no serviço (*2Cor* 8,4), unindo os fiéis com Cristo e entre si. Assim também os cristãos podem ser chamados “santos” (*At* 9,13; *Rm* 1,7; *1Cor* 1,2; *2Cor* 1,1; *Ef* 1,1; *Cl* 1,2, etc.), enquanto pela fé já agora participam da santidade de Cristo.

A Igreja vive a história em seus membros na consciência permanente de sua dimensão escatológica, isto é, orientada para seu acabamento pleno, no fim dos tempos, para o acabamento que não é apenas promessa, mas já agora está presente e atuante. Já agora começou a renovação do mundo de maneira irrevogável em Cristo. Já agora há verdadeira santidade escatológica na Igreja. A santidade de Deus existe nos vivos e naqueles que já estão com o Senhor. A comunhão dos santos não só une a Igreja de determinado período, ou seja, a Igreja do tempo presente, mas também nos une com a Igreja da consumação, isto é, com aqueles que, antes de nós, tiveram parte ativa no Corpo de Cristo. Todos são membros do Cristo total, isto é, membros de seu Corpo. A Igreja sabe-se de tal forma unida com Cristo, pelo Espírito Santo, que Paulo a chama de “Corpo de Cristo”. A Igreja venera membros defuntos que vivem no amor de Deus para louvar a vitória da graça de Deus neste mundo, pois reconhece a eficácia da atuação do Espírito Santo na história concreta.

A veneração dos santos é, pois, um aspecto singular da unidade entre todos os membros da Igreja com a Cabeça, que é Jesus Cristo. Quando comungamos com Cristo, comungamos com todos os que a ele estão unidos. Não se é cristão sozinho, nem para si só. A graça nos perpassa. Não se recebe senão para dar. Sendo a vida de Deus, vinda a nós em Cristo, essencialmente amar e doar, não é possível que ela nos invada sem que, por nossa vez, amemos e comuniquemos amor. Se Jesus Cristo não for reduzido a uma idéia abstrata, deverá poder ser amado concretamente. Mas como poderei amar este homem concreto, sem amar outros homens que me são próximos? Ou será que todos os membros só individualmente têm algo a ver com a cabeça, e nada entre si?

Nossa comunhão com Cristo não é individualista como se nós não vivêssemos em intercomunicação. Não recebemos a vida senão para transmiti-la. Aquele que não mais comunica, obstrui a passagem

e compromete a vida do corpo inteiro, do qual fazem parte os vivos e os que já vivem na glória de Deus com Cristo. A mediação salvífica de Cristo e sua atualização histórica pessoal na fé pressupõem a intercomunicação entre todos os homens até à última profundidade de sua existência. Essa intercomunicação faz parte da essência do homem concreto. A experiência do ser-homem, em sentido pleno da palavra, só pode ser feita de maneira radical no ser para-além-de-si-mesmo, ou seja, no “ser com” o mundo, na convivência com outros homens, para além da dimensão estritamente material.

Jesus de Nazaré manifestou-se como o homem *com e para* os homens. Definiu sua essência em sendo para os outros. Sua essência é doação ou comunicação de si mesmo aos outros. Inseriu-se na história do gênero humano, não apenas como simples membro, mas como o primogênito dentre os mortos, como o iniciador de uma humanidade nova, de uma criação nova. Hoje não mais conseguimos compreender o significado da morte e ressurreição de Cristo, exclusivamente, a partir da experiência da culpa do homem, pois o pecado não produz por si mesmo a salvação, nem nos mostra como pensar a salvação. Só conseguimos compreender o significado da morte e ressurreição de Cristo para nós, hoje, no horizonte da experiência intercomunicativa do homem, a qual sempre é uma tarefa que pode ou ser aceita ou rejeitada no mistério da liberdade radical do homem. Só no horizonte da solidariedade humana o indivíduo pode decidir-se pela salvação ou não-salvação em Cristo. Essa solidariedade intercomunicativa é condição para a própria existência da Igreja presente, pois sua história, teologicamente, pode ser descrita como a história do testamento da fé na solidariedade humana. A mensagem da salvação só chega a nós, hoje, através da mediação eclesial humana. O homem sempre está diante de Deus e de sua mensagem como membro de um povo histórico.

A experiência da intercomunicação, como bem mostra K. Rahner, é a base antropológica para compreendermos o significado teológico da veneração dos santos. Todos nós experimentamo-nos em nossa existência como sendo em intercomunicação com outros. Na globalidade de nosso ser e agir sempre existimos em relação ao outro. Neste mundo, não há lugar que nos permita uma existência humana absolutamente separada de todos os outros. Nossa existência indica para além de nós mesmos, para o ilimitado, para o invisível.

Também na salvação ninguém está sozinho. Cada qual de nós é co-responsável pelo outro, e cada qual tem significação salvífica para o outro.

O mandamento do amor é a proclamação do cuidado salvífico e da possibilidade real de cada um por cada um. É evidente que, na história da salvação, conceitos como povo, aliança, Corpo de Cristo, oração mútua de uns pelos outros, etc., pressupõem a existência intercomunicativa do homem. Experimentamos sua realidade de maneira mais absoluta, na profundidade do amor ao próximo e na realidade de que, na sorte do indivíduo, sempre deparamos com a sorte de toda a humanidade. Fazemos a experiência enigmática de que, de algum modo, nossa própria existência sempre é determinada pela culpa e pela decisão dos outros, sem que possamos traçar os limites exatos dessa nossa codeterminação histórica pelos outros.

A experiência, que indica para o mistério absoluto, o qual chamamos Deus, e a experiência da intercomunicação humana se condicionam mutuamente, pois a criação, na qual se pode conhecer a Deus, não é apenas o mundo das coisas, mas também, e sobretudo, o mundo do homem. Deus comunica-se a si mesmo à criatura, tornando-se parceiro do homem, entrando ele mesmo na solidariedade humana. Desse modo, se pode dizer que, onde a intercomunicação humana atinge sua última profundidade no amor, é encontro com Deus, enquanto se funda na autocomunicação de Deus através do homem. O homem é amado em Deus e Deus é amado no homem. Desse modo, poderá considerar-se a veneração dos santos como sendo apenas um aspecto singular do mandamento do amor ao próximo.

A unidade entre os homens numa existência intercomunicativa tem, ela mesma, uma história, na qual as intercomunicações variam. Esta história tem uma meta. A história da intercomunicação humana e do relacionamento entre Deus e a humanidade atinge sua plenitude escatológica na Palavra encarnada, na morte e ressurreição de Jesus Cristo. A Palavra encarnada do Pai, inserida na intercomunicação humana, é a mediadora da autocomunicação de Deus, e como tal é o *éschaton* da história dessa autocomunicação. No presente, essa história acontece em direção da plenitude definitiva de todos os membros, isto é, orientada para o futuro de Deus. Sendo o homem Jesus Cristo simultaneamente a autocomunicação de Deus e a profundidade mais

radical da intercomunicação humana, toda a salvação que acontece em um membro também é mediadora para a salvação de todos os outros.

Sendo o mundo, ao qual Deus se comunica, diz Rahner, um e uno, e sendo nele cada um, a partir do outro e para o outro, estando cada qual inserido numa história orientada para uma meta única, o único mediador absoluto entre Deus e os homens é o homem Jesus Cristo. Mas isso não exclui o caráter de intercomunicação entre os homens, antes o pressupõe. Quando alguém vive a fé ou o amor, vive a fé ou o amor, através dos outros, porque cada qual é querido e amado por Deus como membro de uma única história da salvação. O amor de Cristo não nos é mediado apenas através de determinados santos, mas realiza-se mediante todos os crentes e justificados. O que chamamos veneração dos santos em si não é outra coisa que um aspecto singular dessa intercomunicação salvífica de todos com todos na história, unidos ao homem Jesus Cristo e entre si.

Resumindo, podemos dizer que a intercessão dos santos, os quais já participam de maneira mais plena da glória de Deus, não é algo de novo, acrescido àquilo que fizeram na terra. Antes, é expressão de que toda a sua existência, toda a sua fé e a sua ação têm validade permanente perante Deus e perante o mundo e para nós no mundo. São sinais-testemunho que, para nós, significam um apelo a uma renovação total de vida. Sua atuação não acabou, como não acabou a ação do Senhor glorioso, de cuja glória participam, sem deixarem de ser membros de seu Corpo. A veneração dos santos é um aspecto singular da intercomunicação (K. Rahner. *Der eine Mittler und die Vielfalt der Vermittlungen*. Wiesbaden, 1967). Quando bem-entendida, a veneração dos santos não obstaculiza a mediação de Cristo entre o Pai e os homens, antes é um aspecto da unidade do Cristo total no amor, que une todos os membros entre si e à Cabeça.